



Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal de Natal | Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DO VEREADOR FELIPE ALVES

Projeto de Lei nº _____/2020.

*“DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO
DE SANÇÕES AOS
ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS DO MUNICÍPIO
DO NATAL, POR MAJORAÇÃO
ABUSIVA DE PREÇOS DE
PRODUTOS, DURANTE
PERÍODO DE CALAMIDADE
PÚBLICA”*

Art. 1º Fica vedada a majoração abusiva em função do aumento da demanda específica dos preços de produtos durante períodos de calamidade pública na cidade de Natal.

§ 1º Fica definida como majoração abusiva de preços de que trata o *caput* deste artigo a aplicação de preços franca e comprovadamente discrepantes dos praticados antes dos registros da recomendação sistemática do uso de produtos.

§ 2º A comprovação da majoração abusiva poderá ser feita por quaisquer meios que estabeleçam discrepância significativa entre os preços passados e atuais, conforme o disposto no § 1º do art. 1º desta Lei, e através de denúncia ao Procon-

Natal, que investigará a ocorrência conforme as práticas funcionais de sua atribuição pública típica.

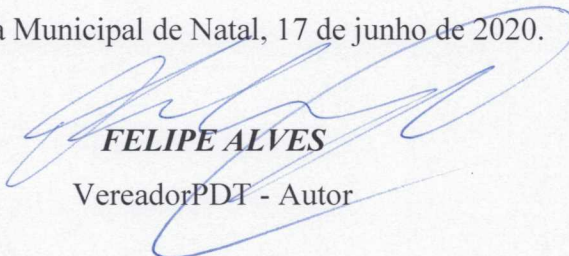
Art. 2º O descumprimento ao disposto na presente Lei ensejará a aplicação das seguintes sanções, sucessiva e cumulativamente:

I - advertência;

II - multa no valor de cem vezes sobre a diferença entre o valor passado do produto e o praticado atualmente conforme § 2º do art.1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Natal, 17 de junho de 2020.


FELIPE ALVES
VereadorPDT - Autor

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei que busca amenizar um problema característico dos momentos de calamidade pública, e que atinge grande parte da população, que é justamente as pessoas que precisam comprar os itens nos supermercados e farmácias principalmente, não sofrerem abusos dos vendedores e fornecedores, impedindo os mesmos de se aproveitarem do estado de calamidade e necessidade da população para elevar preços, e tornar abusivo o comércio.

Assim, além de impedir a alteração exorbitante dos preços dos produtos, fixa punições para o infrator que tentar se aproveitar da situação de fragilidade do consumidor e calamidade pública instalada.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, flowing letters that appear to be 'JLP' or similar, positioned centrally below the text.